



Será só a Diplomacia o melhor instrumento da política externa do Brasil na atualidade? Uma visão crítica¹

*Carlos José Russo Assumpção Penteado**

RESUMO

O autor apresenta uma visão crítica da diplomacia como instrumento privilegiado da política externa brasileira na atualidade, sem o apoio de outros vetores do poder nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Diplomacia, política externa, poder nacional, globalização.

O PODER HEGEMÔNICO

A cada dia torna-se mais difícil entender o funcionamento do que se convencionou chamar de nova ordem mundial, até porque nunca houve ordem, em se tratando do relacionamento entre as nações. Quando se pensava, como um ideal, em uma provável comunidade internacional baseada na harmonia, na maior interação e no respeito às idiossincrasias dos países, com a Organização das Nações Unidas (ONU) sen-

do o fórum apropriado para a solução de contenciosos e fazendo cumprir a legislação internacional, observou-se justamente o contrário.

A nova ordem mundial, caracterizada por uma unipolaridade militar – os EUA, por uma multipolaridade econômica competitiva, liderada pela tríade EUA – Japão – União Européia, e por um condomínio político exercido pelos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, manteve a primazia de poucos países sobre o restante do mundo.

Somaram-se a essa nova ordem as empresas transnacionais e as Organizações Não-Governamentais (ONG), que passaram

* Major de Cavalaria e Estado-Maior.

¹ Colaboração da ECEME.

a agir como importantes atores dentro do novo axioma da globalização.

Aparentemente, com o fim da bipolaridade que caracterizou o período da Guerra Fria, essa nova ordem produziria um equilíbrio nas relações internacionais, porque a globalização traria a interdependência e a maior aproximação das nações para ampliar o comércio e fortalecer a economia internacional. Traria, também, a sociedade informacional global, conforme Manual Castells menciona em seu livro *A Era da Informação* (1999, p. 419):

“Nos últimos vinte e cinco anos deste século que se encerra, uma revolução tecnológica, com base na informação, transformou nosso modo de pensar, de produzir, de consumir, de negociar, de administrar, de comunicar, de viver, de morrer, de fazer a guerra e de fazer amor...”

Com isso, o mundo seria uma verdadeira aldeia, onde os povos, a despeito de suas culturas, estariam todos conectados e com pensamentos e objetivos semelhantes. Verdadeira utopia.

No entanto, ao se analisar esse cenário, verifica-se a prevalência do ideário norte-americano, mesmo entre as potências e os novos atores mundiais, particularmente em três campos do poder: no político, no econômico e, principalmente, no militar. Isso confirma o que dizem os especialistas sobre a existência de uma única superpotência na atualidade, sem precedentes na história mundial.

Verdadeira ou não a premissa estabelecida, independente da escola de pensamento predominante na política externa dos EUA, oscilando entre o isolacionismo e o engajamento em relação ao restante do mundo, a atuação norte-americana nos

assuntos internacionais da atualidade confirma a clara intenção de impor seus valores, de exercer o poder e de manter o *status quo* vigente. Não se trata mais da aceitação do equilíbrio de poder entre as grandes potências, como a ocorrida na Europa no século XIX, ou da dicotomia ideológica vivida no período da Guerra Fria. Trata-se da hegemonia do poder imperial dos EUA sobre o sistema mundial, decidindo e dispendo sobre todos os países e organismos internacionais do globo, como e quando lhes convém, confirmando a idéia de Hans Morghenthau:

“À semelhança das demais políticas, a política internacional é uma luta pelo poder. Quaisquer que sejam os seus objetivos finais, é o poder sempre o objetivo imediato.” (MORGHENTHAU apud WENDZEL, 1985, p. 43)

Essa busca pelo poder é realizada de várias formas, algumas utilizando ações diretas para alcançar os objetivos, outras estabelecendo novas interpretações para conceitos como soberania, autonomia, legalidade e territorialidade, que passam a ser divulgados pelo mundo como se fossem “politicamente corretos” e devessem ser adotados por todos os países. Entre essas interpretações cita-se a mais importante, que é a da soberania limitada.

O BRASIL, A DIPLOMACIA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ATUAL

Dentro dessa nova ordem mundial encontra-se o Brasil, que, além de seus problemas internos, vem sofrendo, através do fenômeno da globalização, os efeitos da busca do poder por parte das potências mundiais, particularmente dos EUA, pre-

visto por Hans Morghenthau. Além disso, o País passou a conviver com os novos conceitos impostos, sem realizar um estudo crítico da influência desses conceitos sobre a política brasileira, principalmente a internacional.

Na verdade, a complexidade desses assuntos tem sido pouco debatida no Brasil, que vem absorvendo os conceitos impostos pela política mundial como se fossem verdadeiros e, de forma rápida, disseminando esses conceitos por toda a sociedade. Decorre daí uma grande dificuldade de o governo regular e controlar seus próprios assuntos domésticos sem levar em conta o que o mundo pensa a respeito de determinado tema.

Há que se entender esse novo movimento como foi descrito por Y.H. Ferguson e R.W.Mansbach, no ensaio de Sonia de Camargo, cientista política, sobre *Governança Global: utopia, desafio ou armadilha?* (1999, p. 03):

“...torna-se necessária uma nova concepção da política que abandone a velha dicotomia inter-Estado/intra-Estado e que, reunindo estas duas dimensões, incorpore a diversidade das entidades políticas e dos novos atores públicos e privados que, atuando em diferentes planos, o local, o nacional e o global, dêem uma nova configuração à reflexão sobre política internacional.”

Observa-se a intenção, proposta pelos autores citados, da quebra do paradigma de que a política externa deve ser a continuação do pensamento e da política interna do País. Essa proposta chega a ser surrealista em um mundo que apresenta dessemelhanças e assimetrias enormes entre os diferentes Estados, em que ninguém

abre mão de seus interesses, em que empresas transnacionais têm mais poder que a maioria dos países. Também não leva em conta a busca de autonomia de diversas nações, ocasionando a fragmentação de vários países, como o que foi visto nos casos da Iugoslávia e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e até a tentativa por um Quebec livre no Canadá.

Essa quebra de paradigma é recorrente no caso brasileiro, que começa a compartilhar de valores externos à sua cultura e a seus propósitos como País independente e soberano, assimilando e incorporando o pensamento homogêneo imperante no mundo, por imposição dos atores principais do cenário mundial.

Com efeito, o Estado-Nação tem objetivos fundamentais a serem mantidos por parte da política interna, contrários a essa homogeneização, no entender de Robert L. Wendzel, em seu livro *Relações Internacionais* (1985, p. 62):

- sobrevivência;
- integridade territorial;
- preservação do sistema de crença de um estado contra modificações impostas do exterior; e
- proteção do sistema político ou econômico existente contra alterações impostas do exterior.

A preservação desses objetivos fundamentais passa, necessariamente, pelo entendimento correto de como funciona o sistema político internacional e deve ser buscada de forma perene por todo o povo brasileiro, particularmente, pelos representantes do Estado. No entanto, pequena parcela desses representantes participa das decisões pertinentes à preservação desses objetivos, excluindo inteiramente a sociedade.

Além disso, há pequena participação do País nos assuntos internacionais, contrastando com sua vocação e potencialidade de desenvolvimento e de inserção no grupo de potências mundiais. Essa participação é acanhada, tomando-se por base as características geográficas, demográficas e econômicas atuais do Brasil.

A razão dessa atuação modesta pode estar assentada na posição excêntrica em relação aos centros do poder, nas características culturais do povo, nos problemas internos, e, porque não, na condução da política externa por parte do governo, por vezes se posicionando timidamente de maneira pró-ativa, porém, freqüentemente, sendo mero espectador do cenário mundial.

No que diz respeito à posição geográfica, no entender do embaixador Luiz Felipe Lampreia, em seu artigo *A política externa brasileira e a inserção internacional do Brasil*, o País encontra-se distante do principal núcleo de poder político, econômico e militar, caracterizado pelo eixo EUA-Europa-Ásia Setentrional e Sudeste.

No tocante à cultura, a sociedade brasileira incorporou estereótipos plantados ao longo do tempo que dificultam uma atuação no cenário internacional com mais vigor e decisão. Entre esses estereótipos podem ser relacionados os seguintes:

- o Brasil é um País diferente;
- o Brasil tem índole pacífica;
- o Brasil não tem ameaças;
- o Brasil não tem relevo no concerto das nações; e
- o Brasil está destinado a ser subdesenvolvido.

Com relação aos problemas internos, deve ser entendido por todos que há evidente rompimento da linha tênue que sepa-

ra o interno do externo, o meu do seu, e o nacional do global, o que tem levado a extensas reflexões sobre os processos que estão movimentando o sistema internacional da atualidade, fazendo com que acontecimentos e ações ocorridas em qualquer parte do globo tenham reflexos em países distantes da origem do fato, porém obrigando sua análise e seu acompanhamento. No caso brasileiro, esses problemas são de tal magnitude que ocupam quase toda a agenda governamental.

Deve-se salientar, novamente, que a política externa é a continuação da interna. Mais ainda, deve garantir as especificidades e os objetivos brasileiros dentro do concerto internacional.

Em se tratando de política externa, o Brasil esteve sempre oscilando entre uma das duas correntes que balizaram a condução dos assuntos internacionais, conforme assinala a professora Leticia Pinheiro, em seu artigo *Idéias e Interesses na Política Externa do Brasil* (2001, p. 45): o Americanismo e o Globalismo - apesar de, no plano das idéias, dos valores e das doutrinas, o Brasil ter orientado suas ações pela busca da autonomia, o que de fato, algumas vezes, conseguiu.

Além disso, o Brasil carece de pensadores que possam formular teorias autóctones, evitando a ocorrência de réplicas de modelos, estudos e processos externos ao contexto do País, particularmente os elaborados nas grandes potências mundiais, como bem salientou o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães em seu livro *Quinhentos Anos de Periferia* (2001, p. 17):

“As sociedades periféricas se encontram isoladas entre si e se vêem umas às outras pelos olhos vigilantes dos países centrais.

O fato de se verem umas às outras pelos olhos de terceiros é patente quando se verifica a escassez e até a inexistência de estudos de nacionais de um país periférico sobre aspectos de outro, mesmo quando vizinhos, como no caso da Argentina em relação ao Brasil e vice-versa. Enquanto isso, é notório o esforço permanente dos países centrais em estudar a periferia e formular sobre ela suas próprias visões, como herança das necessidades de controle do período colonial, visões que são difundidas e absorvidas pela própria periferia.”

As particularidades supracitadas da atuação modesta do Brasil na política internacional, a falta de visão própria dos assuntos de interesse do País e a ocorrência de determinadas fragilidades, que serão abordadas a seguir, dificultam o estabelecimento de políticas para a atuação no âmbito externo por parte das autoridades brasileiras, comprometendo o desenvolvimento e a inserção ativa do País no rol dos países que influem nas decisões mundiais.

Entre as razões para essa fragilidade, ressalta-se a evidente sobreposição entre os termos política externa e diplomacia no entender da população brasileira e de alguns representantes do Estado brasileiro. Política externa pode ser definida, segundo Leticia Pinheiro (2001, p. 01):

“como o conjunto de ações e decisões de um determinado Estado em direção a outros Estados ou a outros atores externos, tais como: organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Neste sentido, trata-se do resultado da conjugação dos interesses e idéias dos representantes de um

Estado a respeito de sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder.”

Já a diplomacia pressupõe a arte de negociar. Então, a atuação e abrangência da diplomacia seriam um instrumento da política exterior; em termos militares, uma das estratégias utilizadas por uma nação para conseguir seus objetivos no campo externo. Verifica-se, pois, a subordinação da diplomacia à política internacional do País.

A confusão etimológica deu-se, talvez, pela destacada atuação do Barão do Rio Branco no estabelecimento de tratados para a delimitação das fronteiras do Brasil. Como essa atuação foi pautada na negociação, ou seja, no uso da estratégia da diplomacia, estabeleceu-se uma aproximação entre os dois termos, que vem perdurando até os dias atuais.

Houve um esquecimento coletivo, por exemplo, de que a maior parte das fronteiras vivificadas até o final do Império foi estabelecida pelo emprego da força militar. Diversos são os exemplos da utilização do meio militar para fazer valer a *ratio régis*, cumprindo, desse modo, o que disse Clausewitz (CLAUSEWITZ apud LEONARD, 1940,p.46):

“... que a guerra não é meramente um ato político, mas também um autêntico instrumento político, uma continuação de negociações políticas, a realização destas por outros meios...”

Vê-se, assim, que o emprego da força militar, bem como as ações interpostas da área econômica junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras ações, para solucionar conflitos, nada mais são do que instrumentos a serviço da polí-

tica externa do País. Ou seja, há várias estratégias para atingir os objetivos propostos por essa política.

Após essa digressão, espera-se ter conseguido dissociar os dois termos – política externa e diplomacia –, evitando o emprego de diplomacia genericamente quando se tratar dos assuntos de interesse da política externa, por ser esta muito mais abrangente.

Outra razão para a fragilidade no estabelecimento de políticas externas é a prevalência dos assuntos econômicos, atualmente, na agenda internacional, deslocando o fator político-militar que prevaleceu até o final da Guerra Fria para um segundo plano. Não é diferente no caso brasileiro, pois, segundo Celso Lafer em seu ensaio *Brasil: dilemas e desafios da política externa*, “a consolidação pacífica (grifo do autor) do espaço nacional liberou o País para fazer do desenvolvimento o tema básico da política externa brasileira no correr do século XX”, com isso confirmando a prevalência dos assuntos econômicos no estabelecimento dessa política mesmo antes da mudança global nessa direção. E como o Brasil é um País em desenvolvimento, sofrendo os efeitos dos mecanismos econômicos internacionais, mas buscando de forma permanente posicionar-se entre as nações mais ricas do mundo, os assuntos econômicos passam a ocupar quase toda a pauta do governo, envolvendo unicamente a diplomacia para atingir esse objetivo.

Esse fato pode ser comprovado pela simples consulta aos programas sobre política externa de alguns dos maiores partidos políticos brasileiros, como o PSDB, o PFL, o PT, o PMDB e o PL, os quais tratam, com muita ênfase, dos assuntos econômicos e do desenvolvimento, relegando,

porém, os assuntos políticos e de defesa e segurança nacional a um plano inferior quando se trata do estabelecimento da política externa do Brasil. O mesmo se dá com as ações levadas a efeito pelo Ministério das Relações Exteriores e na Mensagem ao Congresso Nacional – 2002, a qual substanciou as ações do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso no campo das relações exteriores.

Quando não inclui os temas de defesa e de segurança nacional dentro dos assuntos mais importantes da política externa brasileira, o País abre séria lacuna na preservação de suas fronteiras e de sua soberania. Além dos problemas envolvendo os ilícitos transnacionais praticados pelo narcotráfico e pelo crime organizado, há a possibilidade de futura ingerência internacional nos assuntos internos do Brasil, por manipulação dos problemas existentes ou alegações criadas, como a questão ambiental, a água, os povos indígenas, a Amazônia, entre outros.

Pode parecer preocupação demasiada; entretanto, nenhum país está livre de sofrer uma intervenção em razão dos motivos aqui explicitados, quando o mundo assiste a ações unilaterais ao arripio das Resoluções da ONU e de outros acordos internacionais.

Não se trata de advogar outra dinâmica em relação à política internacional, mas é o caso de se perguntar a razão para o País não formular uma política externa mais consistente, ampla e ativa, que pense no Brasil como futura potência mundial, que vá além de insistir na igualdade jurídica entre os Estados, no reforço do Direito Internacional Público, na manutenção do princípio da não-ingerência nos assuntos internos dos países, na busca de soluções pacíficas para controvérsias e no fortaleci-

mento das Nações Unidas como fórum multilateral. Para isso, no entanto, não se poderia ter abdicado dos direitos do País de se inserir em grupos seletos de países, como o grupo dos possuidores de artefato nuclear com fins bélicos e outros grupos que permitissem ao Brasil ter voz ativa no concerto das nações. O País abriu mão dessa inserção quando ratificou o Tratado de Não-Proliferação. Esta postura, consubstanciada na manutenção de um comportamento de *mainstream*, segundo Luiz Felipe Lampreia, por um lado favorece o reconhecimento do Brasil como defensor das normas internacionais, por outro o debilita dentro do sistema anárquico que caracteriza o quadro político internacional, no qual impera o princípio da auto-ajuda e onde cada Estado preocupa-se em atender aos seus próprios interesses. Com isso, a busca do País pela autonomia, particularmente no tocante a desenvolver tecnologia nuclear, foi desconsiderada por aquela pequena parcela de representantes do Estado, sem consulta prévia ao povo brasileiro, perdendo, então, o País, capacidade dissuasória. Outro exemplo que pode ser mencionado foi a ratificação do Protocolo de Kioto, assumindo o compromisso de regular a emissão de poluentes na atmosfera sem levar em consideração que o Brasil possa ter uma necessidade superior de emissão no futuro para poder desenvolver-se social e economicamente, e sem nenhuma contrapartida dos países que mais poluem.

A despeito do incremento das relações internacionais do Brasil e da propaganda governamental, principalmente do Itamaraty, de que o Brasil está sendo chamado cada vez mais para participar das decisões mundiais, isso não é o que está, de fato,

acontecendo. A abertura de portas dos principais atores globais só ocorre por iniciativa deles e quando há interesse explícito no apoio brasileiro às ações desses atores. Portanto, o País não se constitui em ator relevante na política internacional, mantendo-se na periferia do sistema. Pior, a adoção da política do *mainstream* somente avaliza o que vem sendo ditado pelas potências hegemônicas e acarreta o alheamento até do seu entorno na América do Sul.

Essa alienação tem atraído a maior potência mundial para a esfera de interesse do Brasil, haja vista as ações empreendidas na Argentina, no Paraguai, na Bolívia e, particularmente, na Colômbia, onde os Estados Unidos intervieram diretamente na política interna desse país. É óbvio que essa atuação corresponde à ausência de uma política externa mais agressiva do Brasil junto a esses países.

Torna-se relevante confrontar o desejo e a vocação para ser potência com as atitudes passivas adotadas pelo Estado Brasileiro. Trata-se de um maniqueísmo perigoso, pois ao mesmo tempo em que se reclama da ação de forças exógenas à América do Sul, age-se de modo tímido para assumir o papel de liderança da região. É importante lembrar que não há vácuo de poder, cabendo à Nação optar por qual caminho seguir: o de potência ou de subordinado no sistema internacional. O custo do primeiro caminho é muito alto.

A IMPORTÂNCIA DA DEFESA E DA SEGURANÇA PARA A DIPLOMACIA E PARA A POLÍTICA EXTERNA DO PAÍS

A política externa brasileira tem sido pautada pelo uso exclusivo de um único

instrumento estratégico para atingir seus objetivos - a diplomacia.

Para um País carente como o Brasil, pode parecer que a utilização dessa estratégia seja a forma mais adequada de se inserir no contexto internacional, porque evita o dispêndio de recursos com outros instrumentos que poderiam ser utilizados, tais como o melhoramento da capacidade dissuasória das Forças Armadas e, até mesmo, o desenvolvimento de armamento nuclear. Há, na opção pela diplomacia, uma aposta perigosa: a de que o País não será alvo da cobiça internacional por parte de alguma potência mundial.

A leitura dos acontecimentos recentes pode indicar aos governantes e ao povo brasileiro que a aposta realizada pode não ter sido a mais correta.

No que se refere à sua política externa, por julgar-se uma ilha de tranqüilidade dentro do entorno sul-americano, no entender de personalidades como o embaixador Celso Lafer, a falta de preocupação brasileira com os assuntos de defesa e de segurança desconsidera a necessidade permanente de preservação do patrimônio do Brasil, passível de requisição internacional para futura exploração, ou, ainda, de alegada preservação, por parte da "comunidade internacional". Indícios dessas possibilidades são freqüentemente propagandeados pela mídia das grandes potências mundiais.

Os reflexos sobre o Brasil da ação norte-americana no Oriente-Médio não deveriam estar somente associados aos proble-

mas econômicos que o País poderá sofrer, como as autoridades do governo, algumas entidades privadas e a mídia interna vêm frisando. Deveriam estar associados, também, aos temas de soberania limitada e do direito de ingerência nos assuntos internos de um país, entre outros, trazendo esse assuntos à discussão por parte da sociedade, à qual caberia a decisão final de relegar ou não os problemas de defesa e de segurança nacionais a um segundo plano, já que esses problemas dizem respeito a todos os brasileiros, não sendo privativos das Forças Armadas.

O certo é que a diplomacia, por si só, não será capaz de conter qualquer tentativa de se retirar do Brasil seus recursos ou de impedir a sua utilização por parte de alguma potência estrangeira. Confirma essa assertiva a colocação feita por Henry Kissinger, transcrita no livro *Estratégia Naval Brasileira*, de Arlindo Viana Filho, de que "as ações diplomáticas sem o respaldo de força militar são apenas exercícios de lirismo".

Por fim, a atuação conjunta do governo e da sociedade brasileira deve estabelecer o rumo da política externa para a proteção dos interesses do Brasil no cenário internacional, bem como para a preservação integral de seus recursos para uso próprio, de sua autonomia e de sua soberania, não abrindo mão de qualquer instrumento que esteja ou que possa, em futuro próximo, estar ao seu alcance para atingir esses objetivos. ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
BRASIL. Presidência. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília: Secretaria de Comunicação de Governo, 2002. 559 p.

SERÁ SÓ A DIPLOMACIA O MELHOR INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL

- CAMARGO, Sonia. *Governança global: utopia, desafio ou armadilha?* Rio de Janeiro: Adenauer-Stiftung, Pesquisas, Nr 16, 1999.14 p.
- CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 419 p. (Fim de Milênio, V. III).
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Trechos de sua obra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.195 p.
- GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2000. 223 p.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos Anos de Periferia*. 3 ed. Porto Alegre: Editora Universidade do Rio Grande do Sul/Contraponto, 2001. 168 p.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995. 600 p.
- KISSINGER, Henry. *A Diplomacia das Grandes Potências*. 2 ed. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora/Francisco Alves, 1999. 1005 p.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia Brasileira: palavras, contextos e razões*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.420 p.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. *A política externa brasileira e a inserção internacional do Brasil*. Disponível em www.mre.gov.br/textos. Acesso em: 06mar.2003.
- PINHEIRO, Leticia. *Idéias e Interesses na Política Externa Brasileira do Século XX*. Artigo preparado para a Apostila do Curso da Escola Naval, 2001. 54 p.
- PORTO JR. , João Gualberto Marques. *O Brasil e as Comunidades Européias*. Brasília: IPRI, 1989. 106 p.
- ROBERTS, J. M. *O Livro de Ouro da História do Mundo*. 6 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. 812 p.
- TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi. *Guerra e Anti-Guerra*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1994. 349 p.
- TOSTA, Octávio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1984. 103 p.
- VAZ, Alcides costa. *Cooperação, Integração e Processo Negociador*. Brasília: IBRI, 2002. 308 p.
- WENDZEL, Robert L. *Relações Internacionais*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. 318 p.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Brasil: dilemas e desafios da política externa*. Celso Lafer. Disponível em www.usp.br/iea/revista/online. Acesso em: 06mar.2003.
- PARTIDO DA FRENTE LIBERAL. *Programa do Partido*. Disponível em www.pfl.org.br Acesso em: 06mar.2003.
- PARTIDO LIBERAL. *Programa do Partido*. Disponível em www.pl.org.br. Acesso em: 06mar.2003.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. *Programa do Partido*. Disponível em www.pmdb.org.br Acesso em: 08mar.2003.
- PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. *Programa do Partido*. Disponível em www.psdb.org.br Acesso em: 08mar.2003.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Programa do Partido*. Disponível em www.pt.org.br Acesso em: 08mar.2003.